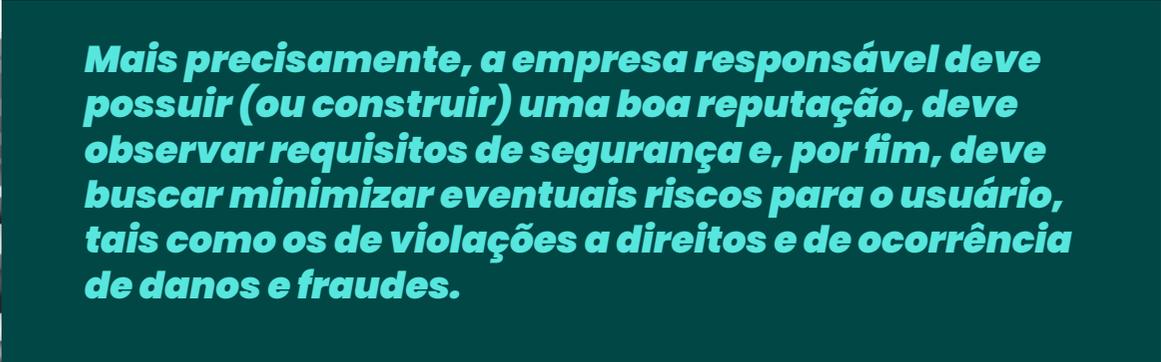


A APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS É SUFICIENTE PARA GERAR SEGURANÇA E CONFIANÇA NA SOCIEDADE?



Miriam Wimmer e
Lucas Borges de Carvalho

A confiança é um recurso compartilhado e intangível que garante estabilidade e previsibilidade às relações sociais e econômicas, além de promover e incentivar o comportamento ético e cooperativo. Em particular no ambiente digital, trata-se de um elemento central para viabilizar a inovação e o desenvolvimento de novos negócios de forma sustentável e compatível com a garantia de direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a privacidade. Nesse sentido, um aplicativo que se propõe a substituir um serviço costumeiramente prestado em meio físico precisa, entre tantos outros desafios, demonstrar aos seus potenciais clientes que é confiável, sob pena de não obter êxito no mercado.



Mais precisamente, a empresa responsável deve possuir (ou construir) uma boa reputação, deve observar requisitos de segurança e, por fim, deve buscar minimizar eventuais riscos para o usuário, tais como os de violações a direitos e de ocorrência de danos e fraudes.

Considerando os três elementos mencionados, isto é, a reputação, a segurança e os riscos, pode-se afirmar que a principal base sobre a qual se erige a confiança no ambiente digital é a proteção de dados pessoais. Isso ocorre porque grande parte das novas tecnologias e aplicações, incluindo aquelas utilizadas pelo setor público, recorre ao tratamento automatizado de quantidades massivas de dados pessoais. Por isso, consumidores e usuários de serviços públicos estão cada vez mais conscientes e preocupados com as possíveis violações à sua privacidade e com o uso indevido de seus dados pessoais.¹ Ao mesmo tempo, cabe lembrar que o tratamento inadequado de dados pessoais pode gerar impactos adversos não apenas para os indivíduos afetados, mas também para as organizações envolvidas.

Daí que se compreende que o uso irrestrito e sem regras desse que é o grande ativo que mobiliza a economia do século XXI pode gerar efeitos negativos sistêmicos sobre todo o ecossistema digital, que podem ser comparados aos que decorrem da exploração desenfreada de recursos naturais ocorrida nas últimas décadas. Vale dizer, tanto num caso como no outro, que há o risco de ocorrer o que os economistas chamam de “tragédia dos comuns”, situação na qual todos perdem e sofrem com os problemas gerados em razão do predomínio de decisões fundadas em considerações de curto prazo, que atingem e minam a sustentabilidade dos recursos coletivos no longo prazo, entre os quais a própria confiança².

Garantir e promover o uso transparente e sustentável dos dados pessoais, com a consequente ampliação da autodeterminação informativa dos titulares, constitui um dos principais propósitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Promulgada em 2018 e com vigência plena a partir de agosto de 2021, a LGPD estabeleceu princípios e regras que garantem direitos aos titulares, delimitam o campo legítimo para o tratamento de dados pessoais e estabelecem obrigações para os agentes de tratamento, tudo sob a supervisão de uma autoridade nacional com autonomia técnica e decisória, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Porém, a ausência de uma cultura de proteção de dados pessoais no país, associada ao caráter inovador e abrangente da lei, impõe uma série de obstáculos à sua implementação.

Embora estejam ainda em construção indicadores confiáveis para avaliar o grau de conformidade de organizações públicas e privadas à LGPD, pesquisas preliminares indicam, em geral, um baixo nível de maturidade no que tange ao tema³

Nesse contexto, a ANPD terá papel decisivo para orientar e estimular as organizações privadas e públicas a atuar em conformidade com a lei. O desafio é o de romper com a inércia e com a equivocada percepção, ainda comum em alguns setores, de que a nova lei trouxe apenas custos burocráticos e financeiros desnecessários. É fundamental, por isso, demonstrar que não há caminho possível para a inovação e para o desenvolvimento econômico, em particular no ambiente digital, que não a construção de uma “relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente”, baseada no respeito à legislação de proteção de dados pessoais, conforme previsto no art. 50 da LGPD.

Essa é, de fato, a visão preconizada pela legislação, que aponta, entre seus fundamentos (art. 2º, LGPD), o desenvolvimento econômico e tecnológico, a inovação, a livre iniciativa e a livre concorrência, juntamente com outros princípios voltados à garantia da privacidade e de outros direitos fundamentais.

A preocupação em estabelecer uma relação dialética entre, de um lado, considerações relacionadas ao papel dos dados pessoais enquanto insumo econômico e, de outro, ao seu reconhecimento como projeção da personalidade humana, é visível também nos diversos dispositivos que indicam ser competência da ANPD estabelecer regulação diferenciada, mediante simplificação ou dispensa de obrigações, para microempresas e empresas de pequeno porte, bem como iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem startups ou empresas de inovação.

Desse modo, elementos centrais a serem avaliados pela ANPD no estabelecimento de tais regras diferenciadas incluem não apenas a natureza e o porte da entidade em questão, mas também o risco que as atividades de tratamento de dados podem gerar para o titular de dados.

Importa observar que a LGPD alinhou-se às melhores práticas internacionais ao prever diferentes formas de participação social na construção do ambiente regulatório. Assim, para além da obrigatoriedade de realização de análises de impacto regulatório, consultas públicas e audiências públicas – instrumentos já empregados tradicionalmente por diversos órgãos da Administração Pública –, a Lei determina, de maneira genérica, que cabe à ANPD ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante e prestar contas sobre suas atividades e planejamento (art. 55-J, inc. XIV, LGPD). O desempenho de tal atribuição tem se materializado, dentre outros instrumentos, pela publicação da Agenda Regulatória da ANPD, acompanhada de relatórios semestrais de implementação, assim como pela utilização de uma combinação de instrumentos formais e informais de interação com a sociedade, a exemplo de Reuniões Técnicas e Tomadas de Subsídios sobre temas contemplados na Agenda.

Aprofundando tal perspectiva de transparência e participação, a LGPD explicitamente abre espaço para a construção de mecanismos autorregulatórios e corregulatórios, reconhecendo que em muitas circunstâncias os próprios agentes de tratamento estarão mais bem posicionados para identificar as especificidades de seu setor e, a partir daí, formular regras de boas práticas e de governança que levem em consideração uma abordagem baseada em riscos.

Nessa linha, vale destacar o princípio da responsabilização e prestação de contas (art. 6º, X, LGPD), que atribui aos agentes de tratamento a obrigação de adotar medidas visando ao eficaz cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

Dessa forma, para além da atuação do órgão regulador, a lei expressamente conferiu às organizações um papel central a ser desempenhado no processo de construção de uma cultura da proteção de dados pessoais no país. Destacam-se aqui a adoção de boas práticas, a exemplo do privacy by design, de regras de transparência e de mecanismos que facilitem o exercício de direitos pelos titulares; e a implementação de mecanismos adequados de governança, que viabilizem o monitoramento contínuo de riscos e a avaliação periódica das ações da organização, incluindo as medidas de prevenção e segurança implementadas.

Em conclusão, pode-se dizer que a aplicação prática da LGPD e a consequente proteção dos cidadãos constituem um empreendimento de natureza coletiva, cuja execução se protraí no tempo e cujo êxito demanda o compromisso e a colaboração ativa de todos os atores sociais relevantes, em especial a ANPD, as empresas e os órgãos públicos. Somente assim será possível gerar e fortalecer a confiança social que viabiliza e impulsiona a criação e o uso de novas tecnologias e ferramentas digitais, sempre com o necessário respeito a padrões técnicos e jurídicos que assegurem a proteção de dados pessoais.



Miriam Wimmer

Miriam Wimmer é Doutora em Políticas de Comunicação e Cultura, pela Faculdade de Comunicação da UnB, e Mestra em Direito Público, pela UERJ. É professora do corpo permanente do Mestrado Profissional em Direito do IDP e professora convidada de Direito Digital e Proteção de Dados Pessoais em diversas instituições.



Lucas Borges de Carvalho

Lucas Borges de Carvalho é Doutor em direito, pela Universidade de Brasília (UnB), e Mestre em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Procurador Federal.



NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1** Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisa do Pew Research Center identificou que 70% dos americanos acreditam que seus dados pessoais estão menos protegidos nos dias de hoje do que há cinco anos. Da mesma forma, 81% disseram que os riscos provenientes da coleta de dados por empresas superam os potenciais benefícios. PEW RESEARCH CENTER. Americans and Privacy: concerned, confused and feeling lack of control over their personal information, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2019/11/15/americans-and-privacy-concerned-confused-and-feeling-lack-of-control-over-their-personal-information/>. Acesso: 26 ago. 2021.
- 2** ARIELY, Dan. Previsivelmente irracional: as forças invisíveis que nos levam a tomar decisões erradas. Rio de Janeiro: Sextante, 2020, p. 218-221; HOLMES, Stephen. SUSTEIN, Cass. O custo dos direitos: por que a liberdade depende dos impostos. São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 54-59.
- 3** Com efeito, pesquisa recente identificou que, embora 93% das empresas entrevistadas tenham manifestado algum conhecimento sobre a LGPD, somente 15% confirmaram estar prontas para atender às novas determinações legais. Além disso, dois terços sequer implementaram medidas básicas, como a criação de políticas de proteção de dados. CORACCINI, Raphael. Empresas não conseguem se adaptar à lei de proteção de dados, aponta pesquisa. CNN Brasil, 20 ago. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/empresas-nao-conseguem-se-adaptar-a-lei-de-protecao-de-dados-diz-pesquisa/?utm_campaign=newsletter_-_24082021&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso: 26 ago. 2021.